



AS VÁRIAS FACES DO RISO

THE MANY FACES OF LAUGHTER

Fernando Moreno da Silva¹

RESUMO: O riso se confunde com a própria história do homem. Desde a Antigüidade, sabe-se que sempre houve o interesse de estudar esse fenômeno tão presente na raça humana. Neste trabalho, pretendeu-se traçar um percurso do riso ao longo da história para mostrar sua riqueza e complexidade. Nessa viagem, far-se-á um registro dos teóricos que dele se ocuparam, além dos recursos que o suscitam no homem.

PALAVRAS-CHAVE: Riso, história, humor.

ABSTRACT: The laugh if confuses with the proper history of the man. Since the Antiquity, one knows that always it had the interest to study this so present phenomenon in the race human being. In this work, it was intended to trace a passage of the laugh to the long one of history to show to its wealth and complexity. In this trip, a register of the theoreticians who of it if had occupied, beyond the resources will become that excite it in the man.

KEY WORDS: Laugh, history, mood.

1. Introdução

Definir o riso talvez seja uma das tarefas mais penosas, já que se trata de um assunto ambíguo. Sua ambivalência é tamanha a ponto de imputar a seus criadores, ou seja, comediógrafos e escritores, um comportamento não condizente com suas respectivas obras. É sabido que esses autores, que lidam com o riso, têm a fama de ser criaturas extremamente amargas. Entre eles estão Molière, Swift, Hogarth e outros. Há uma passagem brilhante em que Balzac (*apud* MINOIS, 2003, p. 566) descreve Bixiou: “Sombrio e triste consigo mesmo, como a maior parte dos cômicos”.

Ao mesmo tempo em que pode ser facilmente compreendido e definido — estímulo desencadeador do reflexo motor, fruto da contração coordenada de 15 músculos faciais —, sua complexidade pode irromper em milhares de páginas, nunca alcançando uma definição consensual.

Em virtude de sua grandiosidade e abrangência, o riso atingiu a interdisciplinaridade. Ele é estudado por Literatura, Semiótica, História, Psicologia, Filosofia, Sociologia, etc. Uma das tendências atuais, sobretudo entre historiadores, é de considerar o riso como um dos elementos

¹ Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa (UNESP/Araraquara-SP). E-mail: fermosilva@yahoo.com.br



fundamentais para compreender costumes e hábitos do passado. Já existe, inclusive na Holanda, uma Associação Internacional de Historiadores do Humor.

É curioso notar que o riso, algo natural e comum, tão antigo quanto o próprio homem, continua a atrair audiência. Quanto mais dele se apropriem, mais indecifrável ele permanece. Como objeto de estudo, ele remonta à Antigüidade, quando Aristóteles provavelmente o teria desenvolvido no segundo livro da *Poética*. O fato de nunca ter sido encontrado tal livro talvez fosse um presságio do interesse que o riso despertaria nos séculos vindouros. Ainda que o tenha tangenciado no Livro I da *Poética*, a verdade é que esse fenômeno careceu de maiores detalhes no tratamento dado pelo filósofo grego.

Saindo da Antigüidade, chega-se ao período contemporâneo de sorte enigmática. “Somos todos filhos de *O Capote*, de Gogol”, disse Dostoievski. Por que o escritor russo teria construído essa afirmação? A despeito de tratar-se de uma colocação que busque parâmetros literários, por concernir a uma narrativa fantástica, Akaki Akakiévich, personagem principal do conto gogoliano, concorre para definir o fenômeno do riso: dialético, uma mixórdia de alegria e tristeza, como a esquisitice do trabalho engajado de um copista-expedidor e a dor de ter toda sua satisfação roubada, depois de depositada num capote.

Não obstante seu caráter contraditório, o fenômeno do riso está intimamente ligado ao prazer. E o prazer é um dos pilares da felicidade. Segundo o psicólogo americano Martin Seligman, da Universidade da Pensilvânia, a felicidade é a soma de três elementos: prazer, engajamento e significado.

Engajamento seria a dedicação a uma atividade na qual se possa usar todo o talento, buscando desafios a serem conquistados; significado, buscar o sentido para a vida, em geral pela religião, o modo mais tradicional. Prazer, entre outras coisas, seria uma sensação agradável e de alívio. Rir é uma das formas de conquistar prazer.

Vê-se, por conseguinte, que o riso e os objetos risíveis são complexos, mas fascinantes.

2. Origem e vicissitudes

O riso confunde-se com a própria história do homem. Antes de qualquer coisa, ele é um fenômeno psicofisiológico, sendo, portanto, inato ao ser humano. Não é à toa que desde a Antigüidade Clássica desperta o interesse de estudiosos.



Entre as várias histórias que relatam seu nascimento, o vínculo com a mitologia grega se destaca. Hera, mulher de Zeus, depois de uma briga com o marido, abandona-o, escondendo-se nas montanhas. Zeus, para provocá-la e a fazer voltar, espalha o boato de que encontrou uma nova mulher, anunciando seu próximo casamento. Para insultá-la ainda mais, manda construir uma estátua, que é coberta por um véu, representando a nova noiva. Curiosa e em fúria, Hera retorna para conhecer a suposta noiva. Sem perder tempo, aproxima-se da estátua. Ao retirar o véu que encobria a escultura, para seu espanto, a estátua não representava mulher alguma. Descobrimo a farsa, cai em gargalhadas. Eis, segundo a mitologia, o nascimento do riso.

Na Antigüidade, o riso sempre esteve ligado aos deuses, tendo um significado divino. Presente nas festas, esse riso não possuía o sentido de diversão, como se conhece hoje. Dantes, ele correspondia aos preparativos de sacrifícios. O riso festivo era a manifestação da orgia e sua autodestruição. Nessas comemorações, os escravos desfrutavam de liberdade, portando-se até como senhores, sempre com muita zombaria e brincadeira. Ao final, um escravo era escolhido e sacrificado para representar o fim do caos e a volta da ordem e da norma. Na Babilônia, o mesmo ritual se repetia. Um escravo se tornava um rei cômico: dava ordens e desfrutava das concubinas reais. As regalias eram gozadas por cinco dias. Ao cabo do período, o escravo era executado. Todas as festas eram em homenagem ao deus Dioniso, o deus grego e risonho da vinha e da embriaguez.

Houve também o riso como ritual, em ocasiões de morte. Na Trácia, o falecimento não era visto como uma perda, uma tristeza. Pelo contrário, as mulheres morriam rindo sobre o túmulo de seus maridos. E o nascimento não era celebrado, mas recebido com lamentação, pois a vida era considerada um mal.

Juntamente com as grandes festas dionisíacas, o teatro grego antigo vê seu esplendor. Em 501 a.C., inicia-se o concurso de tragédias; quatro anos mais tarde, o de comédias.

A tragédia era a grande arte; objetivava melhorar o homem, aproximando-o dos deuses. A comédia surge como uma arte secundária, cuja função era descontrair os espectadores, afinal, era apresentada nos intervalos das grandes peças. Procurava mostrar o homem rebaixado, lidando com figuras inferiores, tanto no sentido moral (polichinelo, tolo, ignorante, etc.), quanto no âmbito social (servos e escravos). Tendo como desígnio exagerar os defeitos humanos, a comédia explorava o ridículo.



Pode-se dizer que o surgimento da comicidade se associa ao início da comédia, na Grécia. E o grande gênero dramático se enriquece ao assistir à miscelânea, culminando com a tragicomédia. Para esse enriquecimento, há o trabalho de grandes figuras.

Uma delas, Aristófanes (445 a 386 a.C.), ensinou a independência do teatro do riso, com o riso agressivo e devastador; de suas críticas mordacíssimas não escapava nenhum personagem público: nem Sócrates nem Zeus. Com ímpeto, ia de encontro aos maus homens políticos, demonstrando-se assaz conservador, pois almejava atacar os desvios e os inovadores para manter a ordem.

Menandro (342 a 292 a.C.), quiçá o mais famoso da nova comédia, tratou o riso num tom bem próximo do veio moderno, ou seja, o entretenimento. O riso agora era um alívio para as angústias e temores, permitindo ao público esquecer seus problemas.

Esse novo tratamento foi muito bem percebido por Heródoto (*apud* MINOIS, 2003, p. 46): “não sabeis que só se estica um arco quando há necessidade e que, depois que foi usado, precisa ser afrouxado? Se nós o mantivermos sempre tenso, ele arrebenta e não poderemos mais utilizá-lo quando for necessário”. Essa parábola figurativiza a necessidade do homem de relaxar, olvidando-se, às vezes, das coisas sérias. Não se hesita ao dizer que a obra de Menandro foi precursora no trabalho do entretenimento.

A despeito desse trabalho com o riso de alguns autores, por outros ele não era benquisto. É o caso de Platão. Aliás, a mais antiga formulação teórica sobre o riso e o risível encontra-se num trecho de sua obra *Filebo*. Em Platão, tem-se um conceito negativo do riso. O prazer cândido e a única forma de apreensão da verdade estão na Filosofia. Para ele, o riso seria um prazer falaz, próprio da multidão medíocre de homens despojados de razão.

Aristóteles, nos passos de Platão, adverte que é preciso usar o riso com parcimônia. Em sua época, a tragédia era o grande gênero, estando a comédia ainda em desenvolvimento. Na obra *Partes dos animais*, Aristóteles define o diafragma como o elemento que separa o *alto* e o *baixo* do homem, constituindo o “centro frênico”. Uma das célebres fórmulas que lhe é atribuída, “o riso é próprio do homem”, na verdade, nunca teria sido pronunciada por ele. Duas máximas que deveras foram de sua autoria são: “o homem é o único animal que ri” e que “nenhum animal ri, exceto o homem”. Em que pese à similitude entre as frases, há distinção. Na primeira, o riso pertence ao homem, não sendo homem o ser que não rir. Na segunda, o riso é tão-somente uma característica humana, havendo a possibilidade de ser homem quem nunca sequer riu.



Nas obras de Platão e Aristóteles não há um tratamento exclusivo do riso. Ele é desdobramento de outros objetos. Na Antigüidade, Cícero e Quintiliano são os primeiros autores em cujos textos há tratamento exclusivo do riso. Cícero, com a obra *De Oratore*, escrita em 55 a.C., e Quintiliano, com *Institutio Oratoria*, escrito entre 92 e 94 d.C.

A bufonaria igualmente teve início no século V a.C. Os bufões, um espécime de bobo da corte, era uma figura muito popular. Estavam sempre presentes nos fartos banquetes a fim de alegrar e divertir os convivas. Afora a Grécia, eles marcavam presença na Pérsia, Egito, entre os filisteus e outras nações. Um dos bufões mais célebres foi Eudikos, famigerado, entre outras coisas, por imitar intrépidos lutadores, assistiu na Grécia, no século IV a.C. A bufonaria foi apreciada e bastante vista até o Baixo Império Romano.

Como prova de que o riso estava arraigado na sociedade antiga, há registros em manuscritos dos séculos IV e III a.C. que constituem manuais de chalaça e compilações de pilhérias. Um exemplo: o professor de medicina responde ao paciente que tem vertigens durante meia hora depois de acordar: “É só acordar meia hora antes!”.

Uma outra prova são as festas saturnais. Instituídas no Império Romano, evocando e enaltecendo Saturno, as comemorações eram repletas de alegria, simulando um mundo às avessas. Tal balbúrdia figurava um retorno ao reino de Saturno, que, segundo a lenda, foi a era da felicidade. Em razão de suas extravagâncias, despertando a desconfiança dos altos escalões, a comemoração findou no Baixo Império.

Aliás, o riso no mundo romano sofreu uma degradação contínua. Tipificado como um riso satírico, nos séculos III e IV ele começa a ser perseguido pelas autoridades. Além disso, com o fortalecimento do Cristianismo e o mito de que “Jesus nunca riu”, a Idade Média, em seu limiar, apregoa a imagem do riso diabólico. Vê-se, então, a embate entre cristãos e pagãos. As festanças passam a ter um significado pagão.

Na Antigüidade, os deuses riam, contudo o riso era condenado pelos filósofos, porquanto, segundo estes, afastava o homem da filosofia, considerada a fonte pura de prazer, consoante salientado alhures. Na Idade Média, no entanto, em textos teológicos, o riso diferencia o homem de Deus. O riso é próprio do homem, visto que não havia registro na Bíblia de que Jesus teria rido. Por conseguinte, tanto filósofos quanto teólogos condenavam a fraqueza humana do riso.

Voltando à Sagrada Escritura, ela é dividida, como se sabe, em duas partes: Velho e Novo Testamento. Neste está a doutrina do cristianismo. Naquele, anterior ao nascimento de Cristo,



estão as histórias do povo hebreu. Só no Velho Testamento há o relato do riso. E uma das passagens mais marcantes é quando Deus promete um filho a Abraão e a Sara, ambos na velhice. Ao ouvir que conceberia um filho, Sara, em virtude de sua idade avançada, ri. Este comportamento ressoa como uma troça ao Todo-poderoso. Por conseqüência, o filho da promessa recebe o nome de Isaac, que em hebraico significa “Deus ri”, em lembrança do cepticismo de Sara.

Vários outros exemplos poderiam ser enumerados, como a passagem em que o profeta Elias zomba das preces dos profetas de Baal, ou quando Hamã, príncipe-mor do rei Assuero, foi obrigado a humilhar-se, puxando um cavalo no qual se assentava seu maior êmulo, o judeu Mardoqueu, gritando e o exaltando por toda a cidade.

No tocante ao Novo Testamento, o riso é condenado por ser diabólico. Satã aflora como uma potência do mal, como uma força que deve ser rechaçada. Ele é citado 188 vezes, desnudando a aproximação do Juízo Final. A partir de então, é proibido rir.

O mais ferrenho adversário do riso, entre os seguidores do Cristianismo, foi João Crisóstomo (344 a 407 d.C.), qualificando o riso como satânico. Se colocassem em prática seus sermões, jamais o homem exibiria seus dentes. Nos mosteiros na Alta Idade Média, era violentamente punido, lançando mão até de chicotes para infligir os transgressores.

Embora se tenha imposto toda uma rigidez coercitiva, o riso não parou. Ainda que não se recomende o uso de lugar-comum, aqui é profícuo mencioná-lo: “o feitiço virou contra o feiticeiro”. A igreja, nesse novo estágio, esteve na berlinda. Enquanto os gregos e romanos assistiram, respectivamente, aos risos divino e satírico, a Idade Média se caracterizou com o riso parodístico. A imitação ridícula medieval provinha, maiormente, de elementos sagrados, sendo os ritos do catolicismo, além de passagens bíblicas, os principais alvos. O testemunho advém de um texto latino anônimo — *Coena Cypriani* —, escrito entre os séculos V e VIII, que escarnece dos atos e ditos de personagens bíblicos.

Alguns diziam que essas paródias possuíam uma função didática, facultando a memorização dos episódios religiosos. Eis um dos motivos para o advento do riso entre os pregadores. Devido a missas enfadonhas, implicando o sono dos fiéis durante o culto, foi iniciada entre esses homens de púlpito a prática do riso para despertar os fiéis e manter sua atenção.

Essa nova postura é precedida pela “Festa dos Bobos”, que é responsável pela introdução do riso nos meios eclesiásticos. Nasce entre os estudantes dos conventos, que começaram a zombar da liturgia. Como no rito católico tudo é rígido e repetitivo, qualquer deslize que saísse



do normal era prontamente ridicularizado: comportamento do clero, hinos, orações... É a autoderrisão clerical aceita pela igreja até por volta do século XVI.

A verdade é que a Idade Média soube manipular o riso, fazendo dele um instrumento para suas necessidades. Foi a partir do século XIII que teólogos distinguiram dois tipos de riso: o bom e o mau. Este é a zombaria e, simultaneamente, o riso físico descontrolado e barulhento; aquele exprime alegria, devendo ser moderado e silencioso, quase um sorriso.

Outra oposição verifica-se concernente ao carnaval, festa popular que se contrapõe à visão séria das autoridades. Descrita por Mikhail Bakhtin em *A cultura popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*, o carnaval, herança das festas saturnais, tornou-se típico da cultura popular, na qual o povo tinha oportunidade de extravasar, de libertar-se de um mundo regulamentado e de vencer o medo. Daí o uso de máscaras monstruosas para zombar e exorcizar os temores e os tabus. Por isso, o riso carnavalesco é uma paródia pelas fantasias. O mundo rabelaiseano do século XVI é uma nova cosmovisão. Há um processo de rebaixamento, elucidando o alto pelo baixo. Nessa inversão, o elevado e o sublime passam para o baixo corporal, explorando processos biológicos fundamentais: absorção dos alimentos, excreção, sexo, odores, peido, sujeira, enfim, todas as funções que rebaixam o homem. A todo esse mundo híbrido das festividades carnavalescas Bakhtin dará o nome de “realismo grotesco”.

Entretanto o riso grotesco não terá um tratamento negativo; simplesmente será encarado como uma recreação. Para entendê-lo, basta compreender o contexto histórico da Europa, no século XIV. Neste ínterim, o continente é assolado por inúmeros infortúnios: Guerra dos Cem Anos, peste negra, rumores da vinda do anticristo. Por tudo isso, o riso desdobra-se num paliativo, uma panacéia para o sofrimento do povo. É o “rir para não chorar”.

Quando ele começa marcadamente a ganhar cunho popular, salta aos olhos o distanciamento entre as culturas popular e erudita. Esta busca a instrução, enquanto aquela insiste no questionamento e na desordem. Vários foliões, mascarados, fingem estar em festa para atacar autoridades e perpetrar saques. No reino de Luís XIII, formaram-se revoltas contra os fiscais de Richelieu por meio das festas. O carnaval torna-se suspeito. O riso é contestado, sendo visto como baderna. Festas de âmbito popular começaram a ser interditas ou controladas, mormente depois da aliança entre a igreja católica e a monarquia absolutista, os quais não mais toleravam as confusões. O carnaval é acoimado de paganismo e intitulado de o “dia do diabo”.

Nem mesmo o bobo do rei se desvencilhou da perseguição. Legado das bufonarias, a figura do bobo da corte foi muito querida na Idade Média. Mas com o caos vigente, o



despotismo precisou exacerbar a luta contra a derrisão. Destarte, a função do bobo tornou-se insustentável, desaparecendo perto do século XVIII. Afinal, nesta época predominava a conduta séria, racional e cartesiana, rechaçando os loucos.

Por conseguinte, o riso na religião também foi terminantemente proibido, representando um atentado contra o sagrado. A partir desse momento, riso e fé são incompatíveis. Até mesmo o Concílio de Trento, em 1564, condenou os que se valiam de episódios e palavras da Bíblia em chacotas. Um outro documento — *Tratado dos jogos e diversões que podem ser permitidos ou que devem ser proibidos aos cristãos segundo as regras da Igreja e o sentimento dos pais* — publicado em 1686 por Jean-Baptiste Thiers, doutor em teologia, esclarece como o clero deve reprimir o riso. Nele são proibidos a festa dos bobos e qualquer tipo de escárnio contra a religião, permitindo apenas o sorriso discreto fora do trabalho ou em dia de descanso.

A igreja até recomendava que os pais não rissem diante dos filhos. E o domingo não deveria ser desfrutado para rir nem folgar, mas para chorar. Por subsumir o riso uma blasfêmia ou ato diabólico, um modo depreciativo de ver o mundo e de escarnecer das criações de Deus, até a Contra-Reforma insurgiu-se: “Não riais nem digais nada que provoque o riso!”, assim exortava Inácio de Loyola (*ibid.*, p. 339).

No entanto essa onda de interdição não foi capaz de parar o riso. Para sobreviver, ele deixa de ser agressivo e grosseiro. Estilos como o burlesco, vergonhoso e ignóbil, surgido na França, no reinado de Luís XIII, com linguagem popular e baixo calão, infringindo todos os tabus desmedidamente, não mais encontrou espaço para atuar. Era mister refinamento.

Essa nova tendência eclode na segunda metade do século XVII, quando ele é domesticado, comportando-se de forma mais moderada. A regra é rir com inteligência, fazendo uso de métodos sutis e perspicazes para suscitar o riso. É o momento em que a ironia ganha força.

A literatura igualmente se beneficia. A Idade Média viu a grande literatura explorar maciçamente a Filosofia, Teologia ou História, ficando o riso circunscrito aos gêneros populares, como a farsa e a comédia. No Renascimento, há um tratamento diferenciado, pois a grande literatura recebe outra abordagem. Rabelais, Cervantes, Shakespeare são alguns dos grandes escritores em cujas obras o riso é privilegiado com grandiloquência.

O objeto das chalaças passa a ser a organização social, não incidindo mais sobre os vícios e defeitos individuais. Os ditos sarcásticos, por assim dizer, tornam-se um instrumento pujante para atacar as mazelas públicas. Em consonância com essa trilha, em meio ao caos vigente, a



sátira política se esbalda num campo farto. Proliferam, no século do neocolonismo, veículos jornalísticos de tom humorístico: *A caricatura* (1830), *O Riso* (1867), *O Sorriso* (1899), entre outros.

Apesar da insurreição do riso, ele não consegue frear o descarrilamento da ordem social. Com o século XX vêm as grandes guerras mundiais, grassando terror e insegurança. O riso torna-se a escapatória do homem para sobreviver às catástrofes. É o “ópio do povo”, a doce droga para a humanidade superar suas vergonhas. Depara-se novamente com o retorno dum *slogan* usado pelos romanos para divertir o povo: “pão e circo”.

Na “sociedade da informação”, o riso também ganha outra conotação, segundo alguns pesquisadores, que chegam a afirmar que impera a “era do vazio”. No avanço da sociedade, alteraram-se os paradigmas e o modo de se organizar e de se orientar. Nessa sociedade pós-moderna, o novo é acolhido como o velho: a inovação se banalizou; a indiferença, juntamente com o tom lúdico, é a dominante. Segundo o filósofo Lipovetsky (1989, p. 131), “à denúncia trocista correspondente a uma sociedade baseada em valores reconhecidos substitui-se um humor positivo e desvolto, um cômico *teen-ager* à base de despropósito e sem pretensões”. Ele defende a idéia de que a mídia estabeleceu um ambiente “relax”, distendido, no qual o riso tem papel de destaque: “Doravante, não há entrada para ninguém que se leve a sério, ninguém é sedutor se não for simpático”. (ibid., p. 132).

3. As preocupações teóricas

Antes de mencionar algumas teorias que discorrem sobre o riso, é pertinente introduzir uma observação sobre a concepção da comicidade.

Em virtude da herança do teatro grego, que contrapunha comédia a tragédia, esta oposição permaneceu durante os séculos vindouros, concebendo o riso como o contrário do trágico. Segundo Eco (1984, p. 346), ambos se definem como violação de regra. No trágico, o texto detém-se longamente no reflexo das regras que são violadas. “O trágico justifica a violação, mas não elimina a regra. [...] explica *sempre* por que o trágico deve incutir-nos temor e piedade”. É, também, universal, pois lança mão de temas usados em todas as épocas e por todas as culturas. Já o cômico é circunstancial e cultural. Cada país tem costumes próprios. O engraçado para um americano nem sempre o é para um brasileiro. E as violações de regra e vícios são inofensivamente praticados. O texto cômico não se detém na reflexão das normas, pois já estão



pressupostas. “Justamente porque as regras são aceitas, mesmo que inconscientemente, é que sua violação sem motivos se torna cômica.” (ibid., p. 347).

A partir do século XVIII, a oposição entre trágico e cômico passa a não ser mais vista de forma estanque. Vê-se tanto o riso trágico quanto o riso cômico (ou clássico). A título de ilustração, pode-se citar Dom Quixote. Mistura-se a comicidade de um cavaleiro que ataca um moinho de vento, pensando estar lutando com gigantes, com a ilusão trágica de um leitor que concebe um mundo fora de época, confinado em biblioteca, dentro da literatura de cavalaria. Os exemplos abundam não só na literatura. A sétima arte, nos filmes de Charles Chaplin, em que tragédia e comicidade se revezam, é outro exemplo.

Portanto, seria mais coerente dizer que o contrário do riso não é o trágico, mas sim o sério. Como se nota, o riso ainda se vincula à inconseqüência e à irrelevância. Em geral, a “ideologia da seriedade” impõe uma postura negativa com relação ao cômico, atribuindo-lhe comportamento menos nobre ou menos erudito dentro dos padrões sociais. Ele estaria ligado aos loucos e às crianças. De acordo com essa idéia, o cômico deveria ser banido dos trabalhos científicos, pois seria frívolo, momentâneo, sendo em seguida esquecido. Talvez os participantes dessa corrente fossem os responsáveis pela criação do famoso ditado: “Muito riso, pouco siso”. Além disso, a comicidade seria incontrolável, uma vez que resvala em domínios polêmicos, zomba do divino e infringe tabus.

Já à seriedade se imputa um papel inverso, identificando-a com o saber e o bom-senso, digna do *status* de teoria científica e única capaz de assegurar o controle do saber.

Feita essa ressalva básica, é hora de apresentar autores que se preocuparam em buscar uma definição para o riso. É óbvio que existe um sem-número de estudos sobre o riso, todos com uma contribuição mensurável: a teoria do conflito, de Locke; a teoria da contradição, de Kant, a preeminência do sujeito, no cômico de Jean Paul, etc. Sem contar os estudos hodiernos que afluem dia a dia nas pesquisas acadêmicas. Mas as teorias sobre as quais se fará menção soem aparecer em quase todos os trabalhos relacionados ao riso.

O primeiro deles é Arthur Schopenhauer. Para ele, somente as pessoas sérias e prudentes sabem verdadeiramente rir. Em sua terminologia, *conceito* corresponde a pensamento, e *intuição*, à realidade. O riso seria o contraste entre o abstrato e o intuitivo. De acordo com sua teoria, a teoria da incongruência, o riso é fruto da percepção do desacordo entre o conceito e o objeto real que ele representa. O contraste é o estopim para a irrupção do riso.



Apenas o homem que tem consciência dessa harmonia entre pensamento e realidade será o portador do riso mais sincero, pois sua convicção, que acredita que as coisas são como ele tem pensado, sofrerá grande surpresa ao descobrir que estava enganado. O homem que não leva nada a sério, ao contrário, não tem condições de revelar um riso autêntico, pois ri de tudo e, com frequência, sem nenhuma causa verdadeira.

A condição da seriedade para o despertar autêntico do riso lembra vagamente a teoria de Thomas Hobbes, contemporâneo de Descartes. Talvez influenciado pela tendência cartesiana, Hobbes (1966, *apud* ALBERTI, 1999, p. 129), após definir o riso como o signo de uma paixão — o orgulho ou a glória —, diz que o riso é a manifestação da superioridade do homem, imbuído da arrogância íntima de que “esse erro eu não cometo”: “A paixão do riso [...] não é outra coisa senão a honra súbita (*sudden glory*) suscitada por uma concepção súbita de alguma superioridade em nós, em comparação com a fraqueza dos outros, ou com uma fraqueza nossa anterior, porque os homens riem das tolices passadas deles mesmos quando elas lhes vêm subitamente à lembrança, e não trazem consigo alguma desonra presente.”.

Outro filósofo influenciado por teórico de seu tempo foi Henri Bergson, contemporâneo do sociólogo Durkheim, que o influenciou na dimensão social do comportamento humano. Enquanto Durkheim alertou sobre a divisão do trabalho, concluindo que ela ocasionaria o individualismo e a competição entre os indivíduos, Bergson (1983, p. 99-100) se eximiu da tarefa de corrigir a sociedade, entregando ao riso esse cargo. Dará ao riso uma função social, que corrige as infrações e revela os defeitos: “O riso é, antes de tudo, um castigo. Feito para humilhar, deve causar à vítima dele uma impressão penosa. A sociedade vingam-se através do riso das liberdades que se tomaram com ela. Ele não atingiria o seu objetivo se carregasse a marca da solidariedade e da bondade.”

Para esse caráter punitivo do riso, há duas condições precípuas: insociabilidade e insensibilidade. O maior inimigo do riso é a emoção. Por isso, ainda que uma cena ou um motivo desperte piedade, é necessário, para que haja o riso, que se anestesia o coração para que a indiferença prevaleça sobre os sentimentos. Insensível, o homem poderá rir de qualquer desvio de norma, defeito ou vício, sejam eles graves ou leves. O que é insociável é passível de riso.

Com esse perfil corretivo, o riso é ambivalente. Ao mesmo tempo conservador e subversivo. Conservador, quando defende a norma e a regra, ridicularizando tudo que contraria a visão de mundo do padrão vigente; progressista, no instante em que critica padrões ultrapassados, não condizentes com as necessidades do momento.

Fernando Moreno da Silva



Ainda nos passos de Bergson, o riso recebe uma outra função: a de desnudamento. O filósofo alemão Joachim Ritter (*apud* ALBERTI, op. cit., p. 12) afirma que o sentido das coisas é exposto de forma incompleta, ficando a outra metade excluída. Essa face escamoteada pela ordem e pelo sério, que dita o certo e o errado arbitrariamente, obriga outras possibilidades a viver sob a forma do oposto. O exemplo pode ser o costume. Há diversas possibilidades de conduta dentro duma sociedade, mas somente algumas são aceitas. A função do riso é exatamente tornar visível esse mundo excluído e reconhecer outras realidades possíveis.

Nem mesmo a psicanálise deixou de tratar do assunto. Sigmund Freud enumerou defesas contra a dor: loucura, êxtase, embriaguez, meditação, etc. Mas constatou que o riso é a mais eficiente. Além do papel de salvaguarda contra as ansiedades e angústias, ele também estaria relacionado ao princípio do prazer. Não obstante os percalços da vida, o riso permite ao homem atingir uma sensação agradável. Chega-se a ela por meio da economia de um desgaste afetivo, que proporcionaria a satisfação. Ao contrário do homem triste, que se enfraquece por seus desgostos, o riso economiza a energia acumulada para encarar a dor.

Essas idéias apontadas por Freud coincidem com os estudos recentes que confirmam o papel eficaz do riso à saúde e ao rejuvenescimento. Inevitavelmente, o riso é o triunfo do eu, recrudescendo a invulnerabilidade, por conta do fortalecimento do homem contra as amarguras oriundas da realidade exterior.

Freud distingue três formas do risível: o chiste, o cômico e o humor.

Ele verificou que havia semelhança entre a linguagem dos sonhos e a dos chistes. Para analisar as piadas, valeu-se do processo denominado *redução do chiste*, que consiste basicamente em substituir o dito jocoso por um outro texto que o explica melhor, dissolvendo as técnicas utilizadas na construção chistosa:

Quando Costa e Silva era candidato à Presidência da República, um jornalista lhe perguntou:

- Se houver adversário, o senhor *disputa*?
- Digo.

Na construção desta anedota, por exemplo, se se analisar somente a escrita não se notará nitidamente a ambigüidade. Mas, se pronunciada em determinada situação, com ênfase no vocábulo “disputa”, pode receber uma interpretação capciosa. Analisando-o com o apoio da transcrição fonética, têm-se dois sentidos:



[dis'puta] = terceira pessoa do singular do verbo *disputar*: “o senhor disputa?”

[dis'puta] = terceira pessoa do singular do verbo *dizer* + substantivo *puta* (interjeição): “o senhor diz puta!?”

Portanto, a essência do chiste se faz através das palavras, “porque, como sabiamente Freud já assinalou, o chiste consiste fundamentalmente numa certa técnica, na forma, e não num conteúdo ou num sentido.” (POSSENTI, 1998, p. 17)

Freud ainda divide o chiste em inocente e tendencioso. Este é, na verdade, o chiste capaz de provocar um riso franco, pois permite a liberação de impulsos eróticos e agressivos. O prazer do chiste estaria vinculado à economia de inibição, coerção esta que demanda grande energia do aparelho psíquico, que é poupada no momento em que se extravasa, descarregando toda tensão no riso.

Numa outra modalidade classificada por Freud, o cômico, a economia de energia suscitadora do prazer seria a do pensamento. O cômico não implica o trabalho com as palavras. Ele é ocasionado pelos movimentos e pelas ações em geral, como o caráter e hábito das pessoas, enfim, parte da constatação dos contrastes. Nele não se despende raciocínio, apenas constatando o ridículo por meio da caricatura, da paródia, da imitação...

A terceira e última categoria estaria sob a forma do humor. Ele tem início quando emoções tentam suprimir o constrangimento, elevando-se sobre as dores e raivas. O humor faz do homem um forte, pois brinca com as desgraças. É manifestado não exclusivamente pelo riso; em geral, por um discreto sorriso. Também não seria exagero aproximar o humorista do melancólico ou do masoquista, em virtude da sua realização ou apreciação, que pode ser feita por uma só pessoa, na solidão de sua existência. Oscar Wilde, numa situação de extrema gravidade — na cadeia, algemado, sob forte chuva —, diz: “Se Sua Majestade trata assim os seus presos, não merece ter nenhum!”.

A cada momento surge nova preocupação sobre o riso, devido a sua riqueza e extensão. Ele é simples e natural no homem, mas colocá-lo no papel não é uma tarefa fácil. Conforme advertia Cícero (*apud* ALBERTI, op. cit., p. 169), “quando as obras tentam dar a teoria do risível, elas correm o risco de fazer rir por sua insipidez”.

4. O riso e suas expressões

Fernando Moreno da Silva



O riso pode ser suscitado por diversos recursos, entre os quais se destacam: comicidade, humorismo, ironia, caricatura, paródia e sátira.

Cômico é a simples constatação do contraste, sem reflexão; é exatamente uma advertência do contrário. Cumpre acrescentar também que “o riso não nasce apenas da presença de defeitos, mas de sua *repentina* e *inesperada* descoberta” (PROPP, 1992, p. 56). A partir do momento em que se analisa esse contraste, aprofundando-o com empatia, tem-se o humor. “Através do ridículo desta descoberta verá o lado sério e doloroso, desmontará esta construção, mas não apenas para rir dela; e oxalá que, no lugar de desdenhar-se dela, rindo, compadeça-se” (PIRANDELLO, 1996, p. 156). O humor, portanto, nasce de uma reflexão, é o “sentimento do contrário”.

Um exemplo para esclarecer. É noite, com intensa tempestade; de repente, avista-se um homem de pijama correndo debaixo de chuva torrencial. Esta é uma situação, no mínimo, estranha. Está-se diante do contrário, pois, normalmente, ninguém sai às ruas de pijama, ainda mais sob forte chuva. À primeira vista, é uma situação cômica. Se se descobre, porém, que o misterioso homem saiu daquela maneira por causa do filho que passava mal em casa, estando desesperado à procura de ajuda, a situação se inverte. Refletindo sobre o fato, desperta-se a compaixão naquele que assiste ao fato. Doravante, a tolerância pelo diferente dilui o ataque e o espectador apóia a atitude do pai. Passa-se do escárnio à comiseração, entrando no humor.

O humor é profundo, reflexivo, mais complexo. É mistura do riso e da dor, do riso de rejeição e da acolhida. É o riso melancólico, e discreto, e complacente, o rir do outro e de si mesmo. Pode-se até dizer que, no campo do risível, o humor é o lado mais rico desse comportamento humano, uma vez que trabalha com a condição humana, uma reflexão que trata com amenidade os temas dolorosos e tristes. O humor deixa entrever, na relação com os outros, sua natureza benevolente e positiva, muito próxima ao riso bom.

Outro recurso para o riso é a ironia, muito utilizada para exprimir o contrário do que se pensa. Ela assenta num jogo dialético: afirma para negar e nega para afirmar. As palavras expressam o contrário da idéia que se pretende exprimir, mas se insere na mensagem um sinal que, de certa forma, previne o destinatário das intenções do enunciadador, ficando subentendido que tal recurso foi usado propositadamente. Dessa forma, o ironista pode muito bem apresentar como valorosa uma realidade que ele trata de desvalorizar.

Conforme enuncia Berrendonner (1982, p. 173), “a ironia distingue-se das outras formas de contradição pelo fato de ser uma contradição de valor argumentativo”. Por isso, além de estar



classificada como figura de pensamento e de palavra, a ironia é vista como um importante recurso argumentativo, pois confere ao ironista, mediante a argumentação indireta, a possibilidade de lançar contra algum alvo suas críticas para porem a nu verdades que não são ditas abertamente. Envolve-se, nesse jogo, um trio actancial: o emissor (1) dirige o discurso irônico a um receptor (2), para atacar um terceiro (3), o alvo da ironia. O excerto citado abaixo se refere a uma reportagem que cobriu o vestibular da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), observando que no dia em que se realizaram as provas, a igreja da instituição estava completamente vazia. Na fala do estudante, lança-se uma boa ironia: “No segundo dia de prova do vestibular da universidade, nenhum estudante foi ao local [a igreja] apelar para Deus na última hora. *‘Nessas horas é melhor invocar Albert Einstein’*, brinca estudante Marcos Nogueira, 18 anos”.

Talvez uma das razões cruciais para o seu uso esteja na grande vantagem de se evitar a exposição direta aos ataques e às críticas, ou de outras intenções que se queira atingir. Mas essa mesma prerrogativa pode muito bem se transformar numa desvantagem. Isso ocorre quando ela é mal-interpretada ou quando o seu destinatário não se der conta do jogo irônico. Ela simplesmente não terá lugar, ficando como que ausente no discurso. Por isso, antes de mais nada, o primeiro efeito criado pela ironia será a identificação de sua presença.

Quanto à sátira, ela exige pleno conhecimento do satirista sobre o conteúdo que será alvo de seus ataques, e uma correspondência de quem os lê. A sátira explora mais a ideologia, a ética, figurando como uma arma crítica e agressiva, que está ligada à desmistificação dos costumes, da política e da ordem vigente. Longe da intenção de analisar uma poesia, esse poema se mostra como uma crítica dirigida ao homem capitalista, vaticinando a ele um destino lúgubre:

EPITÁFIO PARA UM BANQUEIRO

n e g ó c i o

e g o

ó c i o

o

(PAES, 1986, p. 90)

Muito próxima da sátira está a paródia, uma imitação burlesca que explora, sobretudo, a estética e a linguagem. É possível parodiar tudo: movimentos e ações de uma pessoa, a fala, os hábitos de uma profissão e tudo o que é criado pelo homem no campo do mundo material. Contrapondo o racionalismo à loucura, José Paulo Paes brinca com o princípio cartesiano “Cogito, ergo sum” (Penso, logo existo). Mediante um procedimento de análise fonológica —

Fernando Moreno da Silva



comutação de fonemas —, o poeta procede a um trocadilho com a última palavra ao substituir a fricativa coronal-alveolar surda /s/ pela oclusiva bilabial surda /p/, introduzindo a interjeição com um vocábulo onomatopéico: pum!

O SUICIDA OU DESCARTES ÀS AVESSAS

cogito

ergo

pum!

(PAES, op. cit., p. 108)

A caricatura acentua, de forma ridícula e hiperbólica, os detalhes de uma pessoa ou fato, deformando-o. Além da não-verbal, típica de figuras e desenhos, há também a caricatura verbal: “Os companheiros de classe eram cerca de vinte; uma variedade de tipos que me divertia. O Gualtério, miúdo, redondo de costa, cabelos revoltos, motilidade brusca e caretas de símio — palhaço dos outros, como dizia o professor; o Nascimento, o bicanca, alongado por um modelo geral de pelicano, nariz esbelto, curvo e largo como uma foice.”(POMPÉIA, 1976, p. 42).

E cada um dos recursos precitados do riso pode aparecer sob formas variadas: chiste, epigrama, sainete, crônica... Em cada uma, um estilo, um charme.

5. Conclusão

Depois d’*A sociedade do espetáculo*, de Guy Débord (1997), o filósofo francês Lipovetsky (1989) tipifica a pós-modernidade como a “sociedade humorística”, em que tudo dá espaço a brincadeiras, tornando o riso e a descontração quase que obrigatiedades. Por trás dessa pseudoleveza, há uma ameaça de exterminar o verdadeiro sentido do riso. Se, na carnavalização da Idade Média, o riso representava uma segunda vida para o povo, momento em que era permitido extravasar mediante as festas e sair do mundo obscuro e rígido das leis, na contemporaneidade preconiza-se a sua morte, pois a seriedade é rechaçada e o riso, empregado a torto e a direito, de forma rotineira, corre o risco de avizinhar-se da “era do vazio”.

Thomas Hobbes (1666), por sua vez, discorre sobre a soberba intrínseca do homem, ao dizer que o riso é um índice da superioridade humana: o homem ri ou zomba das desgraças alheias como se fosse imune a qualquer tipo de deslize igualmente ridículo.



Mas seja riso de zombaria, seja riso sem motivo algum, subjazem a ele sátiras cujos desígnios corroboram as teses de Bergson (1983), para o qual o riso é um instrumento de regulação e de controle dos desvios sociais. É preciso ter em mente que a função primeira do riso, conforme afirma Yonnet (1990, p. 152-153), é celebrar o “ser social”. O riso solitário tem um sinal negativo; é uma anormalidade patológica. Diante disto, rir é comunicar e, portanto, uma forma de participar de uma sociedade. Em todo ato de comunicação, o objetivo final não é apenas informar, é, na verdade, convencer o “outro” a aceitar o que está sendo proferido. A argumentação é um fenômeno que está inscrito no uso da linguagem, pois constitui uma atividade estruturante de todo e qualquer discurso.

Por isso, por mais sincero que se suponha, o riso esconde uma segunda intenção. O riso é, pois, uma ousadia: causa a estranha para distrair, mas, por trás dessa aparente ingenuidade, verdades são escamoteadas. Horácio, poeta da Antigüidade Clássica (65 a.C — 8 a.C), resumia um modo de dizer a verdade: *Ridendo dicere verum* (Rindo, a verdade é dita). A antiga Literatura Latina repisa esse pensamento com o mesmo mote: *Ridendo castigat mores* (Rindo, os costumes são castigados).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena.. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio Janeiro: Zahar, FGV, 1999.
- AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. **Rumores do humor: a subjetividade discursiva na produção e na leitura de textos humorísticos**. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2002.
- BERGSON, Henri.. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BERRENDONNER, Alain. **De l'ironie: éléments de pragmatique linguistique**. Paris: Minuit, 1982.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.



HOBBS, Thomas. Human nature or the fundamental elements of policy. In: MOLESWORTH, W (Org.) **The English works of Thomas Hobbes of Malmesbury**. Londres: Scientia Verlag Aalen, pp. 11-76, 1966.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Trad. Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria. Lisboa: Relógio d'Água Editores Ltda, 1989.

MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. Tradução Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MORAES, Oswaldo Domingues de. Freud: dos chistes ao cômico. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 5, n. 68, pp. 25-30, 1974.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. A ideologia da seriedade e o paradoxo do coringa. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 5, n. 68, pp. 35-41, 1974.

PAES, José Paulo. **Um por todos: poesia reunida**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PIRANDELLO, Luigi. **O humorismo**. São Paulo: Experimento, 1996.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu: crônicas de saudades**. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1976.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua: análise lingüística de piadas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

YONNET, Paul. La planète du rire: sur la mediatization du comique. **Le débat**. Paris, n. 59, pp. 152-172, mars-avril, 1990.